

Política pública de gênero e equidade: programa nacional mulheres mil

Gênero, desigualdade e cidadania

Lirian Keli dos Santos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
IFRO Campus Vilhena
Rondônia, Brasil
e-mail: lirian.santos@ifro.edu.br

Aline Alves Moraes
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
IFRO Campus Vilhena
Rondônia, Brasil
e-mail: aline.moraes@ifro.edu.br

Resumo

O presente artigo versa sobre a política pública para equidade de gênero Programa Nacional Mulheres Mil, cujo objetivo é proporcionar formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade para mulheres em situação de vulnerabilidade social. O programa vem sendo desenvolvido pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Em virtude da crescente mobilização do governo brasileiro em favor do reconhecimento e legitimação de políticas emancipatórias para as mulheres, buscamos fazer uma análise crítica sobre o Mulheres Mil, mais especificamente sua aplicação e desenvolvimento no Campus Vilhena. Para tanto, procuramos analisar e desenvolver reflexões a respeito dos efeitos do programa, expor as debilidades, avanços e os desafios para a promoção da equidade de gênero, ou seja, para a supressão das desigualdades sociais de gênero, a partir da análise do programa desenvolvido no Campus Vilhena.

Palavras-Chave: Gênero, políticas públicas, mulheres mil.

Políticas Públicas de Equidade e Gênero

As desigualdades de gênero no Brasil remontam a sua constituição, apresentadas sob formas de ideias estereotipadas sobre a mulher, sempre em situações subalternas em relação ao homem. À mulher foi imposto o papel de invisibilidade perante a sociedade, posição que a impediu de exercer os seus direitos sociais, políticos e econômicos.

Ao longo da sua construção histórica as mulheres, principalmente as que vivem em situação de vulnerabilidade, enfrentaram e ainda enfrentam cotidianamente desafios, como a ausência de autonomia pessoal em relação ao corpo e à sexualidade, desigualdade no mercado de trabalho, violência sexual, dentre outras.

As mulheres pobres no Brasil passam por situações extremamente injustas no que diz respeito a seus direitos e interesses. Chegamos ao século XXI que está sendo apontado por estudiosos como o século das mulheres! Basta assistirmos aos noticiários da tevê, ou nos inteirmos sobre o assunto para podemos afirmar que milhões de mulheres no mundo ainda estão longe de serem cidadãs, porque, além de viverem em condições de extrema pobreza, a elas cabem somente deveres e proibições. As ideologias patriarcais têm calado profundamente as

mulheres e, para muitas delas, parece paradoxal ter direitos por serem mulheres, pois para elas, recorrer a direitos específicos é o mesmo que buscar privilégios. (Lisboa; Manfrini, 2005, p. 68).

Nesse contexto, a sociedade tem exigido reflexões sobre essa temática, principalmente por parte de ativistas de movimentos sociais – como as feministas e simpatizantes com a causa da mulher – para a construção da igualdade entre mulheres e homens, cobrando do poder público medidas para dirimir as desigualdades. Esse movimento tem ocorrido no Brasil, desde a década de 1980. No processo de democratização, percebe-se a inserção da questão de gênero na agenda pública. Segundo Soares,

O papel do Estado é determinante na construção da igualdade, mas não só na regulação das leis que coíbem a discriminação, também como agente de mudanças culturais e das condições de vida das mulheres, na proposição de políticas que incorporem as dimensões de gênero e raça. O Estado nas suas ações não é neutro em relação às desigualdades presentes na sociedade e ao assumir, dentro de sua organização, um lugar para a construção de políticas que visem à igualdade, como são, por exemplo, as coordenadorias ou as secretarias de políticas para as mulheres, também dialoga com concepções que acreditam que a condição de subordinação das mulheres será superada sem que seja imperativa uma ação do Estado, que isso deverá acontecer naturalmente na sociedade. (Soares, 2004, p. 114)

Faz-se urgente desnaturalizar o preconceito e a discriminação vivenciados pelas mulheres, afim de que possamos romper com o silêncio e a invisibilidade impostos às mulheres pela sociedade. Cabe ao Estado dirimir essa situação de desigualdade entre mulheres e homens, através da elaboração e execução de políticas públicas que primem pela equidade entre os gêneros. Conforme explicita Farah,

[...] uma ação governamental orientada pela perspectiva de gênero consiste **na redução das desigualdades de gênero**, isto é, das desigualdades entre homens e mulheres (e entre meninos e meninas). Falar em reduzir desigualdades de gênero não significa negar a diversidade. Trata-se de reconhecer a diversidade e a diferença – entre homens e mulheres – mas atribuindo a ambos “igual valor”, reconhecendo, portanto, que suas necessidades “específicas” e nem sempre “iguais” devem ser igualmente contempladas pela sociedade e pelo Estado. (Farah, 2004, p. 127, grifo nosso).

Na última década, temos vivenciado mudanças econômicas e políticas no Brasil. Essas mudanças, mesmo que sucintas, já apresentam resultados. Percebemos um maior investimento em políticas sociais universais, com objetivo de proteger os segmentos sociais mais vulneráveis da indigência, e as mulheres, principalmente a mulher negra, estão na ponta desse iceberg. Verificamos também que o poder público rompe de certa forma com o estado de letargia para com as necessidades de superação das desigualdades de gênero e propõe medidas de acesso a direitos sociais e políticos para as mulheres.

Embora sejam notórias as respostas do governo brasileiro em favor do reconhecimento e legitimação de políticas emancipatórias para as mulheres, como forma de garantir a inclusão e promover igualdade de oportunidades, ainda estão aquém das necessidades reais da população feminina no Brasil. No atual cenário, merece destaque o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) elaborado em 2004, a partir da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), cuja base

“orienta-se pelos princípios de igualdade e respeito à diversidade, de equidade, de autonomia das mulheres, de laicidade do Estado, de universalidade das políticas, de justiça social, de transparência dos atos públicos e de participação e controle social” (Brasil, 2008, p. 29).

O projeto encontra-se em sua terceira edição, elaborada na III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em agosto de 2011. Também merece destaque o Programa Mulheres Mil, implementado como política pública em 2011, o qual iremos tratar mais a frente, e que

tem como meta a equidade de gênero, proporcionado à mulher a posição de sujeito da sua história, e não a de objeto que apenas sofre as ações impostas por uma sociedade machista e preconceituosa.

Neste contexto, com esta explanação, pretendemos realizar uma análise crítica sobre a atuação do Estado com a implementação do Programa Mulheres Mil, enquanto uma política pública para a supressão das desigualdades sociais de gênero, mais especificamente o desenvolvimento desta política pública no campus Vilhena-RO, buscando destacar as debilidades, avanços e os desafios do programa para a promoção da equidade de gênero, ou seja, os expor as questões que devem ser revistas pelo Estado para que de fato esta política pública se efetive eficazmente.

Pois, partimos do pressuposto que para que essa política pública se concretize, faz-se necessário promover a equidade como um dos princípios primordiais na formulação e implementação de políticas públicas para as mulheres, pois reitera o acesso de todas as pessoas aos direitos universais e a adoção de ações afirmativas voltadas para grupos historicamente discriminados.

Igualar mulheres e homens através do princípio da equidade deve ser um compromisso social inerente às políticas públicas. Que as mulheres possam apropriar-se dos bens materiais e simbólicos da modernidade tanto quanto os homens! Não podemos esquecer que a grande maioria desses bens foi gerada e reproduzida por mulheres que são proibidas de usá-las, consumi-las e dirigi-las a seu favor (Lisboa; Manfrini, 2005, p. 71).

Deve-se, ainda, incluir no debate acerca de política para as mulheres, a perspectiva de gênero, a qual permite compreender que as relações de desigualdade e iniquidade entre os gêneros são produto da ordem social dominante; e que as múltiplas opressões de classe, raça, etnia, geração, que se exercem sobre a mulher, configuram uma superposição de domínio.

A incorporação da dimensão de gênero nas políticas públicas, através de programas e projetos, supõe a implementação de projetos específicos voltados às mulheres, que respondam à singularidade da sua situação e a necessidade de implementar medidas de discriminação positiva para neutralizar as desvantagens iniciais que alguns grupos de mulheres compartilham (Lisboa; Manfrini, 2005, p. 75).

Nessa perspectiva, exige-se uma reflexão e um debate sobre o Programa Nacional Mulheres Mil, repensar a implementação desta política pública para mulheres, suas implicações e contribuições para a promoção da equidade de gênero. O programa foi implementado como projeto piloto em 2005, e vem sendo desenvolvido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) – Campus Vilhena desde 2012.

Programa Nacional Mulheres Mil: História e atuação

O Programa Nacional Mulheres Mil vem sendo implantado e implementado desde 2005, passando por diversas experiências e desafios, tendo que formular uma metodologia, que, embora baseada nos *Colleges* Canadenses, teve que ser testada e adaptada à realidade brasileira.

Diversas comunidades vêm sendo atendidas pelo programa, desde as urbanas periféricas até indígenas. Muitos são os relatos de experiência, porém, escassas têm sido as publicações científicas referentes ao processo de implantação dessa política pública.

O Programa Nacional Mulheres Mil foi instituído pela Portaria Nº 1.015, de 21 de julho de 2011. Trata-se de uma política pública voltada para a formação cidadã, profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Está inserido no Plano Brasil sem Miséria, instituído pelo Decreto Nº 7.492, de 2 de julho de 2011, o qual integra um conjunto de ações que consolidam as políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de populações em situação de vulnerabilidade.

O Programa teve origem em 2005, quando a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) em cooperação com o governo canadense, por meio da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA/ACDI) e da Associação dos

Colleges Comunitários do Canadá (ACCC) desenvolveu um projeto piloto no Instituto Federal, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

Entre 2007 e 2011, o Programa passou por uma ampliação para os Institutos Federais do norte e do nordeste do Brasil, num total de 13 Institutos, entre eles o Instituto Federal de Rondônia, em que a meta era formar mil mulheres, daí o nome mulheres mil. Nesse momento, os trabalhos foram voltados para a construção de metodologias, ferramentas, técnicas e currículos que promovessem o acesso, permanência e êxito das beneficiárias nos processos educacionais, de formação e inserção no mundo do trabalho. As mulheres atendidas tinham entre 18 e 60 anos, apresentavam quadro de total exclusão social, educacional e econômica (Setec, 2011).

Em 2011, o Programa Nacional Mulheres Mil é elevado à condição de política pública, passando a ser ofertado em todos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil, promovendo o acesso de mulheres historicamente marginalizadas ao conhecimento, à tecnologia e à inovação no mundo profissional; criando as pontes necessárias para que essas mulheres incrementem o seu potencial produtivo, promovam a melhoria das condições de vida de suas famílias, de suas comunidades e contribuam para o desenvolvimento econômico sustentável (Setec, 2012b).

Nesse mesmo ano, os Institutos Federais (IFs) selecionados pela Chamada Pública indicaram 98 campi, nos quais foram implantados novos núcleos do Mulheres Mil em todas as regiões do país. A meta para 2012 foi expandir a iniciativa para mais 102 novos campi dos IFs, em que estes foram desafiados a realizar 100 (cem) matrículas, totalizando o atendimento de 10.200 (dez mil e duzentas) mulheres de baixa renda e vulneráveis socialmente (Setec, 2012a).

Ao longo desse processo de implantação, vêm sendo desenvolvidas metodologias, ferramentas técnicas e currículos que promovam o acesso e a permanência dessas mulheres em sala de aula, no âmbito da educação e do trabalho e a formação em áreas profissionais específicas de cada localidade.

Nesse sentido, foi construída, adaptada e sistematizada uma metodologia brasileira, a princípio desenvolvida no Canadá, pelos *Community Colleges Canadenses*, chamada Sistema ARAP (Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia), a qual contempla o reconhecimento de aprendizagens adquiridas ao longo da vida e um serviço de aconselhamento e atendimento às demandas das mulheres, por meio de equipe multidisciplinar capacitada para encaminhar o alunado não tradicional e desfavorecido para o desenvolvimento de programas personalizados (Setec, 2012b).

No contexto brasileiro, a metodologia ARAP foi inovadora, ao contemplar instrumentos e mecanismos de acolhimento e fortalecimento de vínculos e relações de mulheres em situação de vulnerabilidade social, preconizando, acima de tudo, o respeito e a solidariedade.

O Programa Nacional Mulheres Mil tem como principal meta, entre 2011 e 2014, a formação de 100 mil mulheres, moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano.

No IFRO – Campus Vilhena, o Programa Nacional Mulheres Mil iniciou suas atividades em 2012, quando atendeu a chamada pública MEC/SETEC – 001/2012, que convocava os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a apresentarem propostas de adesão ao Programa Mulheres Mil – Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Em seguida, tivemos as atividades de capacitação das gestoras institucionais, seleção da equipe interdisciplinar, estabelecimento de diálogo com a comunidade beneficiária e oferta do Curso de Formação Inicial e Continuada em Empreendedorismo. Tem-se a meta de formação de 100 mulheres, referente ao Plano de Trabalho de 2012 e mais 100 mulheres, a serem atendidas pelo Plano de Trabalho 2013.

Análise da Implementação do Programa Mulheres Mil no IFRO-Campus Vilhena

A implementação do Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia campus Vilhena-RO teve início no ano de 2012, com o desenvolvimento de atividades baseadas na concepção metodológica de acesso, permanência e êxito, a coordenação do programa no IFRO-VHA articulou junto a outras instituições sociais como o Centro de Referência e Assistência

Social (CRAS) e a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), para que fosse realizado um levantamento de uma proposta de trabalho que viabiliza-se a formação educacional e também geração de renda às mulheres em situação de vulnerabilidade do município de Vilhena-RO.

Com as informações obtidas no CRAS e na SEMAS, verificou-se que existia uma demanda de mulheres assistidas por estas instituições com formações nas áreas as quais elas já possuíam algum conhecimento como o artesanato, alimentação, costura, beleza, dentre outras. Portanto, essas mulheres já possuíam, uma formação, um saber, no entanto não conseguiam gerar renda, que lhes permitisse a autonomia econômico-social, ou seja, não possuíam o conhecimento técnico para empreender o seu próprio negócio.

Deste modo, apoiados nessas informações e atendendo o que preconiza o Programa Mulheres Mil de Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia (ARAP), isto é, certificar os saberes adquiridos ao longo da vida destas mulheres, através do saber formal ofertado pelos IF's. Para a complementação da qualificação destas mulheres foi ofertado a primeira formação inicial e continuada em Empreendedorismo; das cinquenta vagas oferecidas, apenas quarenta e quatro se inscreveram; dessas, trinta e três iniciaram o curso, e vinte e seis concluíram a formação.

Além de prever o reconhecimento de saberes ao longo da vida, o modelo brasileiro é inovador no sentido de que foram contemplados instrumentos e mecanismos de acolhimento de populações não tradicionais, que viabilizassem o acesso à formação profissional e cidadã, com elevação de escolaridade, a inserção produtiva e a mobilidade no mundo do trabalho. (Setec, 2012, p. 4)

O curso de Empreendedorismo teve como objetivo habilitar mulheres em situação de vulnerabilidade social para se inserirem no mundo do trabalho através da prestação de serviços para terceiros ou para empreenderem o próprio negócio individualmente ou através de modelos cooperados e solidários de produção.

A formação teve duração de quatro meses, sendo desenvolvido em quatro módulos, e envolveu desde as disciplinas básicas como português e matemática, até disciplinas técnicas como marketing, serviços, aspectos legais para a abertura de uma empresa, bem como questões relacionadas à questão de gênero, saúde, direito da mulher, dentre outras.

Outro ponto que merece destaque é que a formação contou com a colaboração dos docentes e técnicos administrativos do IFRO-VHA, que aceitaram o desafio de qualificar essas mulheres.

A fim de realizar uma análise crítica sobre a implementação do Programa Mulheres Mil, utilizamos um questionário socioeconômico, que foi aplicado com as cursistas no ato da matrícula e de um questionário com perguntas abertas e fechadas sobre a formação inicial e continuada em Empreendedorismo empregado ao final do curso. Neste estudo faremos as primeiras análises, que posteriormente serão delineadas em outras apreciações.

As informações coletadas no questionário socioeconômico possibilitaram verificar que vinte e cinco mulheres possuíam o ensino médio completo, em sua maioria, conquistado através da Educação de Jovens e Adultos (EJA); duas possuíam o ensino médio incompleto; quatro, o ensino fundamental completo; uma, o ensino fundamental incompleto, e apenas uma mulher não possuía nenhuma escolaridade, mas conseguia ler com dificuldade. Essa heterogeneidade de formação também foi um fator complicador para o desenvolvimento de algumas disciplinas, como língua portuguesa e matemática. Segundo o posicionamento dos docentes isso impossibilitava avançar nos conteúdos e na explicação, já que algumas cursistas não conseguiam acompanhar as demais companheiras.

Ao analisar os dados escolares com a faixa etária que compreende de dezoito a cinquenta anos de idade, é possível perceber a dinâmica de exclusão e inclusão em nossa sociedade; se por um lado muitas abdicaram dos estudos por longos períodos de suas vidas, em prol da necessidade de cuidar dos filhos, do marido, ou ainda se lançarem no mercado de trabalho formal/informal para sustentar sua família; por outro vemos a possibilidade de inclusão social destas mulheres através da Educação de

Jovens e Adultos, o que seguramente constitui práticas promoção da cidadania, ao possibilitar a essas mulheres o retorno à educação formal.

Quanto à renda familiar, constatou-se que cinco delas declararão menos de meio salário mínimo, e nove afirmaram que a renda chega a até um salário mínimo, quatorze declaram que a renda gira em torno de um a dois salários mínimos, e dezesseis disseram que vivem com dois a cinco salários mínimos, e cinco delas declararam que são chefes de família, estes valores declarados estão associados a programas sociais como bolsa família, auxílio permanência ao estante, dentre outros.

Outro fato relevante percebido no questionário socioeconômico é que na distribuição das mulheres por etnia, verificou-se que quinze mulheres se declaram brancas, vinte quatro pardas, apenas quatro mulheres se declaram negras, e uma delas se declarou indígena, mesmo que esteticamente fosse possível perceber que em sua maioria pudéssemos classificá-las como negras.

Em relação ao número de filhos três delas declaram não possuir filhos, seis disseram que possuem apenas um filho, vinte falaram que possuem dois filhos, nove declararam ter três filhos, cinco delas possuem quatro filhos, e apenas uma possuem seis filhos.

Ao serem perguntadas sobre como ficaram sabendo do Programa Mulheres Mil, a maioria citou o CRAS, amigos, família, a equipe de divulgação (integrantes do Mulheres Mil IFRO-VHA). Outro fato interessante sobre o que as levaram a participar do curso, foi a resposta de que buscavam “oportunidade de capacitação e obter novos conhecimentos”.

Em relação ao entendimento sobre o Programa Mulheres Mil (se de fato compreendiam o que era, e para que servia o programa), a resposta foi “aprender a empreender, consolidar o próprio negócio”.

Ao serem questionadas sobre o diferencial do Programa Mulheres Mil em relação a outras formações já realizadas, a maioria apontou que não havia realizado nenhum curso profissionalizante, denunciando o fato de não estar ou estarem em menor medida qualificadas profissionalmente.

Sobre a formação em Empreendedorismo, as cursistas declaram que a linguagem e a metodologia da formação foi clara e de fácil compreensão, que a qualidade das aulas foram excelentes, não tiveram dificuldades na formação, e que as temáticas que mais despertaram interesse foram planejamento e sustentabilidade econômica, bem como pesquisa de mercado e disciplinas da área técnica de qualificação.

Outro ponto de destaque, levantado pelas cursistas, é que se sentiram incentivadas a permanecer e terminar a formação, e que um dos pontos chaves para que isso ocorresse foi o conteúdo ministrado nas aulas, bem como o ambiente acolhedor, proporcionado pela instituição.

Ao serem questionadas se a formação mudou algo em suas vidas no aspecto econômico, educacional e/ou na vida pessoal, elas responderam que aprenderam sobre economia; conteúdos técnicos, que foi uma oportunidade de fazer novas amizades; melhorou as relações interpessoais; que houve mudanças na família; que os familiares apoiaram a participação no curso.

“descobri que não sabia administrar os meus negócios” (Fala da cursista A)

“aprendi a me organizar melhor financeiramente” (Fala da cursista B)

“proporcionou uma coisa muito boa que agora eu sei administrar” (Fala da cursista C)

“aprendi a lidar melhor com as pessoas” (Fala da cursista D)

“consegui lembrar de matérias que já não dominava tanto assim, por estar muito tempo fora da escola” (Fala da cursista E)

“cheguei aqui muito apática e triste, e com a convivência com todas as mulheres mil, consegui vencer esta apatia e dar um salto para novas perspectivas” (Fala da cursista F)

“melhorei em casa, fiquei mais calma, tive uma perda na família e o curso me ajudou a não entrar em depressão” (Fala da cursista G)

“me sinto mais confiante minha autoestima melhorou muito” (Fala da cursista H)

“comecei a ter mais expectativa e saber que eu posso, e que vou conseguir vencer”(Fala da cursista I)

“despertar as minhas artes que estavam escondidas” (Fala da cursista J)

“consegui sair do meu casulo e vi que a vida é muito mais importante, e que meus filhos continuam sendo meu maior incentivo na vida” (Fala da cursista L)

“passei até a discutir matérias com os meus filhos” (Fala da cursista M)

“Ao concluir o curso será capaz de aplicar na prática os conhecimentos adquiridos...” (Fala da cursista N)

“espero que sim, farei o melhor e adaptarei todos os conhecimentos aqui adquiridos” (Fala da cursista O)

“sim, posso administrar com certeza os meus ganhos financeiros e os do meu esposo” (Fala da cursista P)

Como podemos ver nas falas das cursistas, o curso proporcionou uma série de melhorias na vida social e econômica destas mulheres. Propiciou a reflexão de que são capazes de lutar e conquistar os seus direitos sociais, políticos e econômicos; não precisam ficar à margem ou a sombra de ninguém, e muitas delas almejam, com a conclusão do curso, abrir o próprio negócio, arrumar um emprego e continuar buscando qualificação. Abaixo podemos verificar o que a formação significou para as cursistas:

“estou estudando os pontos, mas de início eu e outra colega já combinamos que vamos começar a vender nossos produtos juntas na feira” (Fala da cursista Q)

“continuar estudando, porque hoje sei que sou capaz, que tenho potencial” (Fala da cursista R)

“abrir minha empresa, sabendo como administrá-la corretamente” (Fala da cursista S)

“muito gratificante, sei que posso realizar algo meu, que era um sonho adormecido, mas que agora acordou e tudo posso fazer para alcançá-lo” (Fala da cursista T)

“significou muito, pude ver que sou capaz de aprender coisas novas e quero continuar a fazer outras” (Fala da cursista U)

“despertou a vontade de voltar a estudar” (Fala da cursista V)

“meu despertar para o meu próprio sustento; pois eu já sabia fazer muitas coisas; agora sei dar valor” (Fala da cursista X)

As críticas em relação à formação foram ínfimas, e as poucas foram sobre o transporte e quanto às metodologias dos professores. Sugeriram que houvesse mais atividades práticas, espaço adequado para as crianças das cursistas, já que algumas cursistas levavam seus bebês para as formações, por não ter com quem deixar as crianças. O guia metodológico do Mulheres Mil recomenda que as instituições possuam um lugar adequado para atender as crianças das mães em formação. Mas como exigir este espaço de Instituições de Educação, Ciência e Tecnologia? Os IF's mal possuem espaços para atender a sua clientela, que são alunos do ensino médio integrado, subsequente, graduação, ou seja, adolescentes, jovens e adultos, no mínimo há um contrassenso nisso.

Ao serem questionadas se recomendariam a formação para outras mulheres, muitas afirmaram que sim, relacionando o curso à possibilidade de proporcionar a independência da mulher: “sim, porque é um curso muito bom, porque ajuda as mulheres a serem independentes”. Outra fala interessante foi a de que recomendariam “porque as mulheres tem que acordar para a vida”, ou seja, desta tutela que nos é imposta desde que nascemos de sermos cuidadoras, mãe, esposa, ou seja, sempre em prol do outro, quase nunca em relação a nós mesmos, ou as nossas vontades e desejos.

Sobre o interesse no curso de Empreendedorismo, a maioria, em uma escala de zero a dez, apontou que tinham muito interesse em desenvolver a formação, o que talvez seja um dos indicadores do baixo índice de desistência, bem como a eficácia das parcerias com o CRAS e o SEMAS, em se fazer um levantamento sobre a demandas reais de qualificação. Em relação à avaliação dos gestores e colaboradores do Programa Mulheres Mil, a maioria considerou a gestão eficaz, não realizando nenhuma crítica ou sugestão. Quanto à satisfação com os colaboradores, a maioria delas manifestaram-se extremamente satisfeitas com o desenvolvimento das atividades realizadas pelos colaboradores,

mesmo que estes tivessem realizado suas aulas com sobrecarga de trabalho, e não estivessem disponíveis fora do momento aula.

Considerações finais

Este estudo buscou neste primeiro momento fazer os primeiros apontamentos sobre a implementação do Programa Mulheres Mil no IFRO-VHA, o que servirá de base para reflexões e análises posteriores.

Desse modo, podemos constatar que o processo de implantação do Programa Nacional Mulheres Mil no IFRO, Campus Vilhena, não se encerra com a realização dessa primeira formação; até porque, está previsto no plano de desenvolvimento ofertar mais formações. Assim, merecem ser discutidos e avaliados alguns pontos para que possamos promover o direito a cidadania a mulheres e homens.

A expansão dos IF's no território nacional vem carregada de substantivas mudanças, o que expressa um movimento dialético que envolve os aspectos tanto internos quanto externos dessas instituições em assumirem novas atribuições. Acentua-se, então, a necessidade do debate em torno dessa readequação e desses novos papéis que são conferidos aos IF's, como a promoção do Mulheres Mil, Graduação, Educação à Distância, Pronatec, dentre outros.

Neste contexto, chama atenção a desistência de alguns colaboradores com a justificativa da falta de reconhecimento financeiro pelo seu trabalho, além do desgaste físico e intelectual demandado pela formação. Isso nos deixa a indagação acerca dessas novas atribuições que são distribuídas aos docentes e administrativos, que em sua maioria já possuem uma sobrecarga de aulas ou horas a serem cumpridas, ministram várias disciplinas, em diferentes modalidades como ensino médio integrado, subsequente e graduação.

Ainda, devem-se constar características peculiares do grupo com o qual estamos trabalhando, que são mulheres em situação de vulnerabilidade; muitas vezes, com crianças, com escolaridades e condições socioeconômicas diversas, ciclos de vida diferenciados etc, demandando práticas educativas apoiadas na metodologia ARAP de reconhecimento de saberes prévios, para a promoção de avanços no itinerário formativo dessas mulheres.

A concepção pedagógica do Programa baseia-se na flexibilidade, sendo, portanto, capaz de aceitar desenhos novos e instituir itinerários formativos que permitam o diálogo com os saberes não formais e com o conhecimento de mundo trazido pelas mulheres, bem como de permitir um trabalho na verticalização do ensino, promovendo a integração dos diferentes níveis de educação inicial e continuada com a pesquisa e a extensão (Setec, 2012b, p. 9).

Outro ponto que merece destaque é a própria infraestrutura da instituição, que não consegue atender a demanda de atendimento às especificidades que um grupo de mulheres possui; como um local para deixarem suas crianças, que é um dos requisitos para o desenvolvimento do Programa Nacional Mulheres Mil.

Nesse sentido, pensamos que é preciso que o Estado repense o Programa Mulheres Mil em relação a sua organização, tanto em relação aos recursos humanos, quanto a infraestrutura oferecida nos IF's. Resta, então, ao Estado rever a questão de quem serão os ministrantes da formação, pois se faz necessário que sejam profissionais que atendam as necessidades e a causa do programa, e não aqueles que se disponham a colaborar. Cabe também indagar a necessidade de uma formação específica sobre o programa aos ministrantes, bem como um estímulo financeiro para que este permaneça no programa. Pensar a infraestrutura da instituição que promove a formação em relação a como atender as mães com crianças menores, sendo que os IF's não dispõem de locais e profissionais adequados para atender as crianças nos momentos de formação das mães.

Por último, registra-se o fato de que, mesmo com as dificuldades de infraestrutura e de permanência dos colaboradores, a formação teve uma avaliação bastante positiva pelas mulheres participantes, as quais recomendam, inclusive, para outras mulheres também conquistarem a sua autonomia. Do ponto de vista pessoal e educacional, vemos a importância do desenvolvimento pessoal, da autoestima, da formulação de projeto de vida, da elevação da escolaridade e qualificação profissional para a conquista e promoção da equidade de gênero. Em decorrência, disso ressaltamos a importância de um programa que atenda as peculiaridades de ser mulher em nossa sociedade e funcione como instrumento de inclusão social.

Referências

- Brasil. *Portaria Nº 1.1015, de 21 de julho de 2011*. Institui o Programa Nacional Mulheres MIL – Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Ministério da Educação, 2011.
- _____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.
- _____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. 2ª Reimpressão. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.
- Farah, Marta Ferreira Santos. Políticas públicas e gênero. In. Godinho, Tatau; Silveira, Maria Lúcia da (orgs.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).
- Lisboa, T.K. ; Manfrini, D.B. *Cidadania e equidade de gênero: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos*. Florianópolis: Katálysis, v. 8, n. 1, p. 67-77, 2005.
- Setec. *Chamada Pública MEC/SETEC 001/2012 - Programa Mulheres Mil – Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: SETEC/MEC, 2012a.
- _____. *Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito*. 2012b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12299&Itemid=603. Acesso em: 19/02/2013.
- _____. *Programa Mulheres Mil*. 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12299&Itemid=603. Acesso em: 19/02/2013.
- Soares, Vera. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. In. Godinho, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (orgs.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).